

RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.521 - SP (2019/0316453-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
RECORRENTE : DALMAZZO & CASTRO ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADOS : TIAGO RODRIGO FIGUEIREDO DALMAZZO - SP201990
DANILO MONTEIRO DE CASTRO - SP200994
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE SOROCABA
ADVOGADO : CRISTIANE ALONSO SALÃO PIEDEMONTE - SP301263
INTERES. : PHITO FORMULAS FARMACIA DE MANIPULACAO EIRELI
ADVOGADOS : TIAGO RODRIGO FIGUEIREDO DALMAZZO - SP201990
DANILO MONTEIRO DE CASTRO - SP200994

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, apresentado por DALMAZZO & CASTRO ADVOGADOS ASSOCIADOS, com fulcro no art. 105, inciso III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de DALMAZZO & CASTRO ADVOGADOS ASSOCIADOS, o recurso especial não foi instruído com a guia de custas devidas ao STJ e o respectivo comprovante de pagamento.

Ainda, a parte recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes ao Dr. Danilo Monteiro de Castro, subscritor do recurso especial.

Outrossim, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade no preparo, bem como da representação processual do recurso. A parte, embora regularmente intimada para sanar referidos vícios, apresentou recurso contra o despacho de regularização.

Registre-se que o despacho para regularização de vício não possui conteúdo decisório, razão pela qual é irrecurível, nos termos do art. 1.001 do CPC (Nesse sentido: AgInt nos EDcl na PET nos EAREsp 1209653/SP, Rel. Ministro BENEDITO

Superior Tribunal de Justiça

GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 06/11/2019, DJe 11/11/2019; AgInt na PET na PET no AgInt nos EDcl no RE nos Edcl nos EDcl no MS 20.443/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, CORTE ESPECIAL, julgado em 22/10/2019, DJe 28/10/2019).

Portanto, **não conheço da irresignação de fls. 221/225**, uma vez que manifestamente incabível.

Esclareça que o recurso manifestamente incabível não interrompe o prazo para a regularização do vício apontado.

Dessa forma, tendo o prazo escoado, sem cumprimento da diligência, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado, incidindo, na espécie, o disposto nas Súmulas nº 187 e 115 deste Tribunal.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente